



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-6 – Informação, Educação e Trabalho

Ações realizadas por bibliotecas públicas para desenvolvimento da competência em informação de pessoas em situação de rua: foco nas ações alinhadas à Agenda 2030

Information Literacy of Homeless people: a focus on actions promoted by public libraries aligned with UN's 2030 Agenda for sustainable development

Daniela Spudeit – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Elizete Vieira Vitorino – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Neste trabalho, nossa atenção se volta às pessoas em situação de rua, com o intuito de contribuir com pesquisas e conhecimentos acerca da realidade das bibliotecas públicas e as ações que são realizadas em prol do desenvolvimento da competência em informação das pessoas que estão nesta condição e, deste modo, colaborar com políticas públicas neste cenário. Os dirigentes e profissionais atuantes em bibliotecas públicas tem a responsabilidade de empreender ações para promover o desenvolvimento da competência em informação nas populações vulneráveis. Objetiva-se apresentar iniciativas voltadas à competência em informação pessoas em situação de rua, alinhadas com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) que são realizadas por bibliotecas públicas. Para alcançar este propósito, foi realizado um levantamento bibliográfico em três bases de dados internacionais. Os resultados apontam que as ações propostas alinham-se aos objetivos da Agenda 2030, principalmente no que tange aos objetivos 1, 3, 4, 8, 10, mas foram poucos os serviços criados e implementados para atender especificamente à competência em informação das pessoas em situação de rua. Torna-se necessário investir na capacitação das equipes que atuam nesses espaços e oferecer serviços voltados ao desenvolvimento da competência em informação de populações vulneráveis.

Palavras-chave: biblioteca pública; Competência em informação; pessoas em situação de rua; agenda 2030.

Abstract: This work turns attention to homeless people, in order to contribute with research and knowledge about the reality of public libraries and actions taken in favor of information literacy development of people who are in this condition, and, thus, collaborate with public policies in this context. The managers and professionals working in public libraries have the responsibility to develop actions to promote the development of information literacy in vulnerable populations. This paper aims at presenting initiatives linked to information literacy for homeless people, aligned with United Nations's 2030 Agenda for sustainable development and carried out by public libraries. To achieve this goal, a bibliographic survey was done using three international databases. The results show that many proposed actions are in line with the objectives of Agenda 2030, especially with regard to objectives 1, 3, 4, 8 and 10, but few services were created and implemented to specifically meet the information

literacy of the homeless. It becomes necessary to invest more in the training of the teams that work in these spaces and to offer services aimed at developing information literacy of vulnerable populations.

Keywords: public library; Information Literacy; homeless people; 2030 agenda.

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Iniciativas voltadas à ciência cidadã tem reverberado em eventos internacionais da Ciência da Informação por se relacionar às iniciativas em investigar problemáticas que envolvem ativamente os cidadãos nas atividades científicas, gerando novos conhecimentos e compreensão de questões atuais. Os cidadãos podem atuar como colaboradores ou como líderes de projetos e assumir um papel significativo nestes, sendo que dentro da Ciência da Informação é possível vislumbrar as várias influências e contribuições da Ciência Cidadã conforme mostra Leal (2019). Dessa forma, os benefícios podem incluir a publicação de resultados da investigação, oportunidades de aprendizagem, prazer pessoal, benefícios sociais, satisfação por meio do contributo em evidências científicas para, por exemplo, encontrar respostas para questões com relevância local, nacional ou internacional e, desta forma, influenciar políticas nesta área.

Leal (2019, p. 11) explica que por meio da Ciência Cidadã “pode e deve se mover para uma contribuição plena, onde cidadãos podem contribuir para a ciência. Projetos devem ser criados para atender as necessidades de todos, desenvolvendo práticas científicas que possam ser utilizadas em dimensões globais”. Na Ciência da Informação, principalmente no Brasil, o tema da Ciência Cidadã ainda é incipiente, uma das principais autoras sobre o tema é a prof.^a. Sarita Albagli.

Dentro dessa perspectiva, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação (GPCIn)¹ vinculado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tem envidado esforços no sentido de contribuir para pesquisas e disseminação de informações sobre o desenvolvimento da competência em informação para grupos socialmente vulneráveis (VITORINO, 2018; RIGHETTO; VITORINO; MURIEL-TORRADO, 2018; VITORINO; PIANTOLA, 2019).

¹ Mais informações disponíveis em: <https://gpcin.ufsc.br/>.

Dentre as pessoas que compõem os grupos socialmente vulneráveis, pode-se citar imigrantes, migrantes, refugiados, pessoas em situação de rua², negros, membros da comunidade de lésbicas, gay, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), indígenas, idosos, encarcerados³, membros das comunidades quilombolas, pessoas pobres ou com falta de moradia, entre outros.

Em 2013, foi elaborado o Manifesto em prol das populações vulneráveis durante o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB) realizado na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, sul do Brasil, em julho de 2013. O documento cita que é preciso rever as políticas voltadas às populações vulneráveis/minorias que se encontram em situação de discriminação, intolerância e/ou fragilidade (FEBAB, 2013). Ou seja, são pessoas que estão em situação de desigualdade e/ou desvantagem na sociedade, principalmente, em relação às questões que envolvem o acesso e uso da informação para a construção do conhecimento, identidade e autonomia, a fim de permitir a inclusão social. O Manifesto elenca uma série de responsabilidades aos profissionais, aos representantes do movimento associativo/órgãos representativos de classe, aos representantes das instituições privadas, públicas e governamentais, recomendando que estes capacitem, instrumentalizem, debatam, proponham, fomentem e executem ações em prol do desenvolvimento da competência em informação de grupos vulneráveis.

Com o intuito de contribuir com pesquisas e conhecimentos acerca da realidade das bibliotecas públicas e das ações que são realizadas em prol das pessoas que estão em situação de rua (sem teto), bem como colaborar com elementos para políticas públicas neste cenário, este trabalho tem como objetivo **apresentar iniciativas voltadas à competência em informação alinhadas com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) que são realizadas por bibliotecas públicas em prol de grupos em situação de vulnerabilidade social mais especificamente pessoas em situação de rua.**

Desde 2016, várias instituições nacionais e internacionais da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação como *Special Libraries Association*, *American Library Association (ALA)*, *Society of College, National e University Libraries (SCONUL)*, *Association for Information Science and Technology (ASIS&T)*, *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)* entre outras entidades estão organizando

² Em muitos documentos esse grupo também é tratado como “pessoas sem teto”.

³ Também tratados como apenados por estarem cumprindo penas judiciais dentro de presídios.

diretrizes, grupos de trabalho, eventos e publicações para disseminar a Agenda 2030 da ONU e incentivar que as bibliotecas, entidades bibliotecárias e profissionais da área promovam ações alinhadas aos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no sentido de contribuir para a redução das desigualdades e vulnerabilidade social.

Para isso, o presente estudo está estruturado da seguinte forma: além dos aspectos introdutórios apresentados na primeira seção, discorre sobre conceitos relacionados à Agenda 2030 da ONU, vulnerabilidade social e informacional, competência em informação sob o aspecto do desenvolvimento humano e pessoas em situação de rua na segunda seção. Na sequência, apresenta na terceira seção os procedimentos metodológicos que direcionaram a realização da coleta de dados em bases de dados bibliográficas e nortearam a pesquisa com abordagem qualitativa. Por fim, na quarta seção, são analisados e discutidos os resultados levando em consideração o objetivo desta pesquisa e a literatura da área de Ciência da Informação. Por fim, na quinta e última seção, são explanadas as considerações finais e percepções acerca do fenômeno que envolvem o desenvolvimento da competência em informação e as pessoas em situação de rua.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS

Para compreender aspectos importantes no que tange ao contexto da Agenda 2030 da ONU, bibliotecas públicas, pessoas em situação de rua, competência em informação e a vulnerabilidade social sob a perspectiva de desenvolvimento humano, iremos apresentar aqui alguns conceitos relacionados a essa problemática.

2.1 AGENDA 2030 DA ONU: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A Agenda 2030 da ONU é um documento resultado de um pacto global para o alcance dos ODS com 169 metas a serem alcançadas pelos países e nações participantes em diversas áreas. Foi pautado nos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM) criado pela ONU e países integrantes para ser implementado no período de 2000 a 2015 voltado especificamente para as causas sociais emergentes da época a nível mundial. Em 2015, a ONU promoveu novo encontro para avaliar os ODM e readequar às novas necessidades voltados aos direitos

humanos, erradicação da pobreza, combate das crises climáticas e redução das desigualdades sociais atuando em três grandes dimensões: ambiental, social e econômica.

Dessa forma, a ONU (2015) desenvolveu um novo plano de ação para melhorar os ODM porém agora voltado para o desenvolvimento sustentável que visa prover ações capazes de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer as capacidade de atender as necessidades das futuras gerações pensando nas pessoas, no planeta e também na prosperidade e paz universal com mais liberdade originando assim os dezessete ODS.

Na Agenda, é reconhecido que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Conforme imagem a seguir é possível ver cinco objetivos voltados para atender pessoas, cinco focados na prosperidade, cinco voltados para o planeta, um direcionado para a paz mundial e um para firmar parcerias para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Figura 1 – Agenda 2030



Fonte: Organização das Nações Unidas (2015).

O documento apresenta uma visão ambiciosa do desenvolvimento sustentável integrando suas dimensões econômica, social e ambiental, constituindo-se na expressão dos desejos, aspirações e prioridades da comunidade internacional para os próximos anos. A Agenda 2030 da ONU é um compromisso político, o que significa que todos, incluindo bibliotecas e sociedade civil, terão um papel a desempenhar para garantir que os governos sejam responsáveis pela implementação dos ODS.

Em relação ao foco dessa pesquisa que envolve competência em informação, bibliotecas públicas e pessoas em situação de rua, os objetivos da ONU que se alinham são: a) Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. b) Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; c) Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. d) Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. e) Objetivo 10: Reduzir a desigualdade nos países.

As ações resultantes destes objetivos podem reduzir e minimizar as necessidades primárias de pessoas que compõem grupos socialmente vulneráveis, principalmente no que diz respeito à qualificação profissional, oportunidades de trabalho, moradia, acesso ao sistema de saúde e proporcionar condições dignas de vida.

Partindo do pressuposto de que o acesso à informação é garantido como direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e pela Constituição Brasileira (1988), nesse trabalho vamos alinhar os objetivos da Agenda 2030 às ações realizadas por bibliotecas públicas para desenvolver a competência em informação nas populações vulneráveis. Nesse trabalho, focaremos especificamente nas pessoas em situação de rua e muitas vezes marginalizadas socialmente e invisibilizadas pelo poder público.

2.2 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E A AGENDA 2030

O Manifesto IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas (1994) inicia afirmando que a liberdade, a prosperidade, o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais que só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. Nesta perspectiva, as bibliotecas públicas tem um papel importante como sustento de uma sociedade democrática por serem espaços abertos e livres para acesso e uso de conteúdos e recursos informacionais.

Pensando nessa função social de pensar e desenvolver ações que visem promover ações inclusivas para capacitar as pessoas no acesso e uso da informação é que as bibliotecas públicas tem se destacado mundialmente como protagonistas na promoção de atividades visando alcançar e contribuir com os 17 objetivos sustentáveis da Agenda 2030 da ONU.

A ONU declara no Manifesto de 1994 a confiança no papel social e ambiental da biblioteca pública, que é apoiado pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA, 1994, p. 1): “é força para a educação, cultura e informação, é porta de entrada para o conhecimento, proporciona condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural das pessoas”.

Recentemente, Silva (2019) realizou uma pesquisa sobre a Agenda 2030 e as bibliotecas públicas mostrando que estas se caracterizam como “único lugar em muitas comunidades em que as pessoas podem reduzir a desigualdade acessando informações que as ajudam a melhorar seus conhecimentos e ampliar sua cultura” (SILVA, 2019, p. 19). A autora enfatiza que ao compreender seu papel social de contribuir para o desenvolvimento sociocultural, principalmente seu compromisso em tornar as informações acessíveis, as bibliotecas públicas se transformam em um centro de informação preocupado em conseguir pensar nas necessidades da comunidade na qual ela está implantada. As bibliotecas passam a criar comunidades com diferentes interesses por informação e ao mesmo tempo disponibiliza esse espaço para contribuir para o desenvolvimento sociocultural e integração das pessoas.

Sala *et al.* (2020) também contribuem com estudos relacionados à Agenda 2030 e as bibliotecas públicas em que elas questionam sobre o papel desses espaços na agenda internacional de desenvolvimento sustentável. No trabalho, as autoras apresentam diferentes maneiras em que as bibliotecas brasileiras têm contribuído para atingir os ODS da Agenda 2030, sendo possível identificar a existência de diversas ações e práticas profissionais direcionadas para que as bibliotecas colaborem com o compromisso de atender aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, mostrando, assim, a importância da biblioteca enquanto equipamento cultural indispensável nessa ação global, bem como auxiliaram na identificação de boas práticas aplicadas nas bibliotecas brasileiras.

Spudeit e Prado (2017) analisaram as ações desenvolvidas pelas bibliotecas públicas (bibliotecas parques) do Rio de Janeiro para verificar se contemplavam as premissas de sustentabilidade propostas pela Agenda 2030. Os autores verificaram que grande parte das atividades realizadas nas bibliotecas pesquisadas contempla o que prerroga a Agenda 2030. Entretanto, salienta-se a necessidade de desenvolver mais atividades voltadas para empoderar as mulheres, comunidade LGBT, negros e inclusão de pessoas com deficiências, povos indígenas, grupos marginalizados, refugiados, imigrantes. Porém, os autores salientam a necessidade de pensar ações voltadas para promoção de um sistema de intercâmbio e

circulação de materiais que reduzam a geração de resíduos e orientem sobre gestão da água, pesca, uso da terra, caça, saneamento, informes meteorológicos, produtores agrícolas para cultivo mais sustentável, que proporcionem o bem-estar e cuidados médicos da população que estão contempladas nos objetivos da Agenda 2030.

Nas bibliotecas públicas do sistema estadual de Santa Catarina foi feito um estudo similar realizado por Pinto *et al.* (2018), porém infelizmente os resultados não foram nada bons. Ao relacionar as atividades desenvolvidas com a Agenda 2030 percebeu-se que os serviços e produtos informacionais na grande maioria das bibliotecas se resumem à consulta e ao empréstimo, ou seja, não há atividades focadas nos 17 ODS conforme prerrogativas da IFLA. Além disso, as ações de inclusão para pessoas com deficiência não são significativas em relação a todas as formas de acessibilidade, e tampouco há desenvolvimento de serviços e produtos para este segmento.

Além desses, já existe outras pesquisadas realizadas com o mesmo foco publicadas em anais e evento como Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação que teve em 2017 como tema principal “Não deixar ninguém para trás”, mesmo lema da Agenda 2030 da ONU focando na inclusão de todos. Ao tratar sobre inclusão, é necessário verificar como grupos vulneráveis estão sendo atendidos pelas bibliotecas públicas e aqui nesse trabalho vamos focar nas pessoas em situação de rua que formam um dos grupos mais vulneráveis socialmente por estarem a margens das políticas públicas e invisibilizados pela sociedade devido aos diversos preconceitos que este grupo sofre.

2.3 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

As populações vulneráveis e minorias são objetos de estudo dentro da Sociologia, da Educação, da Administração, entre outras áreas, entretanto, percebe-se que entre estes grupos, as pessoas em situação de rua ainda são invisíveis aos olhos da sociedade e governo. É um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema e os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. O crescimento desse grupo é um fenômeno mundial que vem ocorrendo principalmente em países subdesenvolvidos.

Conforme definição da Secretaria Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2018), a população em situação de rua se caracteriza por ser um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de

pobreza absoluta, falta de habitação convencional regular, sendo compelidas a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente. Entre os principais fatores que podem levar as pessoas a irem morar nas ruas estão: ausência de vínculos familiares, perda de algum ente querido, desemprego, violência, perda da autoestima, alcoolismo, uso de drogas e doença mental.

Vieira, Bezerra e Rosa (1994, p. 93-95) identificam três situações em relação à permanência na rua:

- a) As pessoas que ficam na rua – configuram uma situação circunstancial que reflete a precariedade da vida, pelo desemprego ou por estarem chegando na cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes. Nesses casos, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues, ou locais públicos de movimento.
- b) As pessoas que estão na rua – são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento. É o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de papéis ou latinhas.
- c) As pessoas que são da rua – são aqueles que já estão faz um bom tempo na rua e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso do álcool e das drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência.

Muitos são chamados de “sem teto” ou apenas de “moradores de ruas”, são pessoas que tem seu direito constitucional abstraído por negligência do poder público que não tem nem dados atuais para saber o perfil e demandas contingenciais dessa população que vive às margens das ruas nas grandes capitais brasileiras. Sabe-se que aumentou velozmente devido à crise social, econômica e política enfrentada pelo país nos últimos anos com o aumento de desemprego contribuindo com as desigualdades sociais e números de pessoas pelas ruas.

Em pesquisa realizada pelo Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2009 havia no país cerca de 50 mil pessoas em situação de rua, porém atualmente devido ao aumento da pobreza e desemprego no país estima-se que esse número tenha triplicado nos principais centros urbanos, porém não há nenhum tipo de monitoramento ou acompanhamento via políticas públicas voltadas para esse grupo em situação de vulnerabilidade social.

No estudo realizado por Natalino (2020) estimava a existência de cerca de 101 mil pessoas em situação de rua no Brasil em 2016, concentradas em municípios de grande porte (acima de 100 mil habitantes). Em fevereiro de 2020, havia mais de 146 mil pessoas que se declararam nessa situação no Cadastro Único de programas sociais do governo federal. Uma nova estimativa da população de rua indica, por sua vez, que, em março de 2020, tínhamos cerca de 222 mil pessoas em situação de rua antes do início da pandemia. Devido à pandemia e desemprego houve um aumento considerável de pessoas em situação de rua na busca por abrigos de acordo com IPEA (2020) que fez um levantamento de medidas municipais emergenciais apontando as iniciativas de acolhimento principalmente para migrantes, crianças e adolescentes, comunidade LGBTQI.

Costa (2005) explica que não existem pesquisas que retratem as características desse público com abrangência nacional. Trata-se de uma população sem visibilidade para os órgãos oficiais de contagem populacional. Os poucos dados existentes são obtidos em pesquisas realizadas por municípios, ou por universidades, cujos propósitos são refletir, sob um aspecto ou outro, as realidades locais. Tal comportamento, ao longo dos anos, abriu espaço para que organizações da sociedade civil assumissem propostas solidárias de atendimento; no entanto, em muitos casos, de cunho assistencialista, distantes, portanto, da noção de política pública, enquanto direito dos cidadãos e dever do Estado. O fato é que, historicamente invisíveis aos olhos do Estado brasileiro, quando não se constituíam em alvo de repressão, as pessoas em situação de rua eram simplesmente deixadas de lado.

O olhar atento sobre a realidade permite concluir que as pessoas que vivem em situação de rua sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos e, para sobreviverem, utilizam-se de diferentes estratégias. Daí a necessidade de incluir as bibliotecas como instituições que podem acolher e desenvolver ações focadas para esse grupo, principalmente no que tange a garantia do acesso e uso da informação para que tenham seus direitos protegidos enquanto cidadãos.

No que tange ao uso das bibliotecas pelas pessoas em situação de rua, é importante apontar o trabalho da IFLA que criou uma seção específica chamada *Library Services to People with Special Needs (LSN)* que tem como objetivo pensar as questões que envolvem o acesso e uso das bibliotecas pelas pessoas em situação de rua. Este grupo de trabalho se destaca pelo pioneirismo na promoção de eventos e discussões dentro da área para elaboração de diretrizes com foco nesse grupo vulnerável especificamente. Este conjunto de ações originou

a publicação das diretrizes mundiais para serviços de biblioteca às pessoas em situação de rua (*IFLA Guidelines for Library Services to People Experiencing Homelessness*) em 2017.

Esta iniciativa tem inspirado as demais associações de bibliotecários de outros países, como ocorre aqui no Brasil com a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), para empreenderem ações voltadas a esses grupos sociais que tem a vulnerabilidade informacional como demanda para o desenvolvimento humano que será tratado a seguir.

2.4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E A VULNERABILIDADE SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Quando falamos em pensar ações que promovam o acesso e uso das informações disponibilizadas por bibliotecas públicas para grupos em situação de vulnerabilidade social, estamos nos referindo a refletir sobre estratégias para desenvolver a competência em informação que foi uma das premissas do “Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias” (FEBAB, 2013) conforme já explanado na introdução desse trabalho.

No âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação a competência em informação e a vulnerabilidade social estão sendo objetos de estudo do GPCIn, coordenado pela professora Elizete Vieira Vitorino vinculado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Leal *et al.* (2017) apresentaram um trabalho relacionando a “vulnerabilidade” e “vulnerabilidade em informação” e para avançar nesses estudos, Vitorino (2018, p. 72) se propôs a “estudar as populações e grupos vulneráveis, com o intuito de construir sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação” sob o enfoque da vulnerabilidade social”. Para isso, a autora examina o tema da competência em informação sob uma nova perspectiva: a conexão dele com a vulnerabilidade para fornecer bases para estudos sobre as necessidades de informação dos grupos considerados “vulneráveis”, e que, noutra via, promovam o desenvolvimento da competência em informação voltada para esses grupos. Para Vitorino (2018, p. 75) vulnerabilidade, vulnerabilidade social e exclusão social são conceitos complementares pois “os indivíduos ou grupos que estão na condição de vulnerabilidade social são aqueles que não têm voz ativa, geralmente moram na rua, ou dependem de favores de outros”.

Vignoli (2001) explica que a vulnerabilidade traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de modo que este mesmo grupo possa ascender níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida. Assim, acredita-se que a vulnerabilidade se relaciona a uma situação de risco, de ameaça, de tensão ou mesmo de medo ou ataques voltados ao estado físico ou mesmo emocional que qualquer indivíduo está sujeito a passar independente de sua classe social ou econômica. Vitorino (2018, p. 78) defende que a vulnerabilidade é uma “capacidade que pode ser descrita relacionando-a com o princípio da autonomia: uma pessoa vulnerável é aquela incapaz de tomar decisões sobre os próprios interesses”.

Relacionando a vulnerabilidade ao conceito de Competência em Informação, é possível perceber várias conexões que são apresentadas por Vitorino (2018) dentro das dimensões ética, política, técnica e estética. As conexões denotam que a vulnerabilidade em informação é “um estado de susceptibilidade a danos causados às pessoas por excesso de exposição à informação ou falta de acesso à informação e a tensões associadas a esse fenômeno na sociedade” (VITORINO, 2018, p. 82).

A exploração da vulnerabilidade e da informação por meio do viés da competência em informação se dá pelo fato de o movimento da competência em informação representar a relação que as pessoas estabelecem com a informação para o alcance da cidadania, da qualidade de vida e do desenvolvimento social – inclusive para a minimização da condição de vulnerabilidade para aqueles que, de alguma forma, possuem dificuldades para serem cidadãos (GARCIA *et al.*, 2017).

Righetto, Vitorino e Muriel-Torrado (2018) também discutem acerca da vulnerabilidade social na sociedade do conhecimento relacionando com a competência em informação. Os autores defendem que a abordagem social ou sociocultural da Ciência da Informação é substancial, pois os usuários da informação não são indivíduos inseridos em mundos paralelos, mas sim em mundos construídos socialmente. Desse modo, torna-se pertinente pensar nas necessidades de informação das populações vulneráveis, que podem ser supridas com o desenvolvimento da competência em informação, componente de emancipação cognitiva dos indivíduos. Os autores destacam que o desenvolvimento da competência em informação tem um papel primordial na sociedade atual, seja em atividades

peçoais ou laborais, porque algumas habilidades e conhecimentos são necessários para identificar e resolver os problemas cotidianos e informacionais, contribuindo para a ampliação do desenvolvimento da emancipação cidadã, principalmente as minorias.

Em relação à vulnerabilidade informacional das pessoas em situação de rua, concorda-se com Di Flora (1987) de que há uma pseudo “oportunidade igual para todos” é necessário entender como esses grupos de pessoas em situação de rua acessam e usam a informação pois a partir disso elas podem exercer sua cidadania e ter direitos básicos garantidos por Lei. Assim, acredita-se que por meio do desenvolvimento da competência em informação das pessoas em situação de rua, é possível favorecer a compreensão e a consciência desse grupo sobre a disponibilidade dos recursos materiais e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.

De acordo com Garcia *et al.* (2017) trata-se de propiciar às pessoas o aprendizado ativo, independente e contextualizado; o pensamento reflexivo e o aprender a aprender para a vida, pois assim estas têm capacidade de tomar melhores decisões por saberem selecionar e avaliar as informações e transformá-las em conhecimento aplicável, sendo possível assim que pessoas que encontram-se em situação de vulnerabilidade social e informacional tenham condições de exercer sua cidadania e ter acesso aos direitos garantidos na Constituição Federal.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Com abordagem qualitativa, esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, descritiva e exploratória. Neves (1996) explica que a pesquisa qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Nesse estudo o campo é composto por investigar ações de competência em informação realizadas por bibliotecas públicas para atender pessoas em situação de rua e que estejam alinhadas aos ODS da Agenda 2030 da ONU, sendo que para isso foi feito um mapeamento em diferentes fontes.

O levantamento bibliográfico foi realizado no início de 2020 nas três principais bases de dados internacionais usadas na Ciência da Informação: SCIELO, LISA e REDALYC para verificar iniciativas voltadas ao desenvolvimento da competência em informação de pessoas em situação de rua, alinhadas com a Agenda 2030 da ONU realizadas por bibliotecas públicas.

Na busca, foram usados os termos em inglês “*public library*” and “*homeless*” and “*information literacy*” compreendendo o período de 1980 a 2020 para apresentar algumas ações realizadas pelas instituições. É importante destacar que no levantamento buscou-se publicações desde 1980, porque foi quando as bibliotecas públicas norte-americanas começaram a desenvolver trabalhos voltados aos grupos socialmente vulneráveis segundo consta no site da *American Librarian Association*⁴, e contemplou ações publicadas até 2020.

Após análise, selecionou-se dezoito trabalhos que estavam relacionados aos objetivos deste estudo, conforme resultados que serão apresentados na próxima seção.

4 RESULTADOS

No mapeamento de iniciativas realizadas em bibliotecas públicas voltadas às pessoas em situação de rua, encontramos trabalhos publicados na Colômbia, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Espanha que descrevem ações voltadas às pessoas em situação de rua em bibliotecas públicas, e alguns que apresentam propostas para desenvolver a competência em informação nas bibliotecas públicas, mas não são direcionados às pessoas em situação de rua.

Na Colômbia, existe a rede de bibliotecas parques - nove destas somente na cidade de Medellín e as demais espalhadas por todo território colombiano. As experiências das bibliotecas parques são consideradas referência para a implantação desses sistemas na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil. Na Colômbia, a motivação para criação das bibliotecas parques teve como pano de fundo a questão da violência urbana, o contexto de fragilidade social das populações que vivem nas periferias dos centros urbanos e também os conflitos envolvendo os narcotráficos, guerrilhas e milícias.

As bibliotecas parques foram criadas como instrumento de resgate social e implantadas pelo governo municipal com grande participação comunitária no que se refere à definição das metas e das metodologias que utilizadas, de modo que estas instituições, além dos objetivos convencionais de uma biblioteca, se transformaram em centros culturais, de lazer e de capacitação profissional. Hoje, representam pontos de mobilização comunitária para o avanço das políticas públicas e para melhoria da qualidade de vida das populações. As

⁴ Disponível em: <http://www.ala.org/tools/atoz/poor-andor-homeless-library-patrons>.

comunidades se apropriaram desse espaço que se tornou importante instrumento de promoção educacional e de fortalecimento da própria identidade da comunidade.

As bibliotecas parques foram construídas para promover práticas educativas, culturais e sociais de seus bairros circundantes (PEÑA GALLEGO, 2011; RODRÍGUEZ; VALENCIA; ARIAS, 2013), funcionando como pontos de transformação e fortalecimento das comunidades e culturas locais – ou como “dispositivos políticos”. Capillé (2017) cita que ao pensar na arquitetura, *layout* e serviços a serem prestados pelas bibliotecas, inicialmente foi acordada a importância da integração entre projetos, participação popular e agendas políticas. Dessa forma, seria viável promover esforços, parcerias, investimentos e recursos humanos para dinamizar aqueles espaços.

As bibliotecas estrategicamente foram localizadas próximas aos teleféricos e estações de metrô, assim como também na mesma área dos conjuntos residenciais periféricos para que estivessem perto das comunidades mais vulneráveis. Para facilitar a disponibilidade de recursos, também foram incluídas no planejamento estratégico do município para ter investimentos necessários. Capille (2017) cita documentos que sustentam o desenvolvimento do Projeto de Parques Biblioteca: o Plan de Desarrollo 2004 - 2007 da Alcaldía de Medellín e o Plan Nacional de Lectura y Bibliotecas do Ministério da Cultura e Educação da Colômbia.

Com o forte apoio popular, as bibliotecas parques foram construídas para a vida coletiva como extensão do espaço público. Passaram também a oferecer programas e serviços que despertam interesse da comunidade e estão alinhadas às necessidades desta, porque são as próprias pessoas dessas comunidades que fazem parte dos comitês gestores. Capille (2017, p. 7) cita que as bibliotecas parques de Medellín “oferecem acesso aberto a uma ampla gama de recursos on-line, como livros, vídeos e outras formas de conteúdo digital”. Nesses espaços, todas as pessoas são bem vindas e acolhidas, mesmo aquelas que não tem vínculos nas comunidades ou mesmo um comprovante de endereço, como acontece com as pessoas em situação de rua. Todos podem usar, interagir, aprender. As bibliotecas também oferecem uma combinação de programas que visam incluir essas comunidades nas lógicas econômicas e cívicas da “sociedade da informação” – oferecendo cursos de informática, administração de pequenos negócios, idiomas, artes etc. (CAPILLE, 2007).

Em relação aos Estados Unidos, já existe uma cultura em relação à assistência aos grupos vulneráveis por parte das bibliotecas públicas desde a década de 1980 (SIMMONS, 1985; ANDERSON; SIMPSON; FISHER, 2012; KELLEHER, 2013). Devido ao inverno rigoroso e

quantidade de pessoas sem teto que aumenta a cada ano, as bibliotecas são vistas como refúgios por pessoas sem lar pois são lugares quentes e seguros, segundo Venturella (1991).

Ceballos Ospina (2018) enfatiza que se deve destacar que os Estados Unidos possuem uma significativa tradição bibliotecária, o que tem contribuído para a evolução teórica e prática do tema bibliotecário, sendo o fator social um dos mais prevalentes. Por isso, quando se fala em inclusão social, especificamente de moradores de rua, é necessário citar alguns exemplos de bibliotecas públicas americanas, pela capacidade e trabalho que realizam para atender essa população. Ele cita o caso da *Library Commission* que tem o *Mayor's Office*, a *Human Rights Commission*, o *Homeless Advocacy Project* e a *Homeless Coalition* situada em San Francisco, Califórnia que realizaram uma reunião para colocar os interesses e objetivos das partes na mesa, para programas de biblioteca que atendam suas necessidades, para as quais o pessoal da biblioteca explorou a revisão de suas políticas e o desenvolvimento de procedimentos para a implementação de novos serviços. O resultado desse esforço cooperativo da biblioteca e de um significativo número de prestadores de serviços públicos e privados aos sem-teto foi a emissão e preparação de uma lista de agências e cooperativas de serviços para os moradores de rua. Em 6 de junho de 1989, a Comissão da Biblioteca adotou a Resolução nº 1491, autorizando modificações na política de registro da biblioteca e nos procedimentos para fornecer aos moradores de rua a extensão dos privilégios de empréstimo a todos os cidadãos da Biblioteca. Público de São Francisco, independentemente do nível de renda ou nível social status conforme Ceballos Ospina (2018) explica, mas tem várias outras iniciativas como essas nas bibliotecas norte-americanas.

Os sem-teto usam os banheiros e até o pátio da biblioteca para montar seus acampamentos para dormir, passam o dia lá, pois encontram internet, tomadas elétricas e materiais que proporcionam uma fuga mental da vida cotidiana, por isso é comum ter a presença de assistentes sociais em bibliotecas públicas para ajudar a encaminhar as pessoas para abrigos ou alojamentos (HERSBERGER, 2005; HALL, 2010).

Dowd (2018) explica que existem barreiras físicas e exclusão social que impedem muitas pessoas em situação de rua de irem às bibliotecas ou mesmo para aprender sobre os programas existentes. Em vista disso, ele tem feito um trabalho de consultoria para capacitar as equipes que atuam nesses espaços pensando na inclusão social e educativa.

Também nesse sentido, a *American Library Association* (ALA) criou um grupo de trabalho para apresentar diretrizes para as bibliotecas no que tange ao atendimento de

peessoas em situação de rua e, também, enfatiza o papel das parcerias das bibliotecas para isso. Na maioria das comunidades existe organizações com experiência em treinamento e contatos específicos para prestar serviços às pessoas sem-teto. As bibliotecas podem ajudar na localização de parceiros, nas reuniões do governo local, nas reuniões de organizações de serviço social, consultas a um diretório de serviços sociais locais, pesquisas na internet ou lista telefônica. Entre os parceiros prováveis pode-se citar instalações habitacionais transitórias, bancos de alimentos e organizações comunitárias, clínicas de saúde e hospitais, organizações religiosas, como igrejas, sinagogas e mesquitas.

Além das bibliotecas norte-americanas e colombianas, é possível encontrar algumas ações nas bibliotecas públicas do Canadá e na Austrália em relação à inclusão de grupos socialmente vulneráveis. Harding (2008), Julien e Hoffman (2008), Lai (2011) e Poustie (1999) descrevem *cases* que relatam ofertas de serviços de formação para a competência em informação nas bibliotecas públicas, mas não especificam se é voltado para necessidades básicas das pessoas em situação de rua, propondo ações para públicos em geral.

Em relação às iniciativas na Espanha, Gómez-Hernandez e Pasadas-Ureña (2007), Pinto e Sales (2007) apresentam iniciativas e propostas para bibliotecas públicas. Gómez-Hernandez e Pasadas-Ureña (2007) abordam ações em alguns países, mas focam na Espanha, tanto propostas virtuais como presenciais, a exemplo de: disponibilização de tutoriais nos portais das bibliotecas para auxiliar nas buscas em bases de dados, serviços de referência, entre outros. Os autores apontam alguns desafios tais como: falta de recursos financeiros, pessoal e equipamentos para ampliar e melhorar os serviços existentes nas bibliotecas públicas direcionados a aprendizagem permanente, poucos programas de competência em informação elaborados para atender as necessidades de bibliotecas públicas. Além disso, os autores apresentam problemas relacionados aos profissionais e suas competências, aos usuários que frequentam as bibliotecas públicas, poucas alianças e parcerias com demais instituições educacionais e culturais para colocar programas em prática.

Pinto e Sales (2007) falam em metacompetência porque envolve competência informacional, digital, visual, intercultural etc. por considerarem que a competência se refere à habilidade de entender as culturas em sua relação com os contextos históricos e sociais, também implica na habilidade de entender e respeitar outros pontos de vista. Assim como o conhecimento em línguas estrangeiras auxilia no processo para entender as similaridades e diferenças nos costumes, valores e crenças da nossa cultura e de outros também. As autoras

focam bastante no acolhimento de imigrantes e colocam a importância das bibliotecas públicas para o desenvolvimento dessa metacompetência: “La biblioteca pública puede configurarse como una institución compensatoria de las desigualdades crecientes entre ricos y pobres en información, y la tecnología servir de apoyo para muchos de los colectivos desfavorecidos” (PINTO; SALES, 2007, p. 320).

Dessa forma, as autoras elencam algumas diretrizes para desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas públicas sob um viés e grupos multiculturais em que apontam: a) responsabilidades de financiamento e provisão de recursos, materiais e serviços interculturais voltados a diversidade étnica, linguística e cultural, disponibilização de materiais bibliográficos em diferentes línguas e culturas, serviços de referência voltados para necessidades de imigrantes e grupos minoritários, entre outras. Além disso, as autoras apresentam iniciativas realizadas em bibliotecas públicas espanholas que favorecem a competência em informação intercultural como as do Grupo de Bibliotecas Catalanas, da Biblioteca Multicultural Municipal de Gandía (Valencia), das bibliotecas públicas da Comunidade de Madrid e das bibliotecas interculturais de Andalucía, uma ação multicultural que atende imigrantes na Biblioteca Pública Municipal de Jumilla (Murcia), realização de cursos promovidos pela biblioteca pública e políticas de inclusão social de Salamanca, porém não caracterizadas especificamente como programas de desenvolvimento da competência em informação para pessoas em situação de rua.

Ceballos Ospina (2018) apresenta como as bibliotecas públicas, em sua função social, cultural e educativa, podem participar ativamente da transformação social do seu entorno, criando laços de cooperação interinstitucional para desenvolvimento de ações e estratégias que visem a inclusão social e melhoria nas condições de vida das pessoas em situação de rua. Cita a criação de programas de competência em informação, implementação de serviços de informação social sobre direitos e oportunidades, as quais podem promover o acesso facilitado as TIC para reduzir as lacunas digitais (alfabetização digital), serviço de informação local para conectar as pessoas de diferentes centros sociais e organizações envolvidas com a melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de rua.

Além disso, as bibliotecas públicas podem promover a articulação de serviços de alfabetização e formação para capacitar as pessoas em situação de rua, criação de programas de leitura e de escrita específicos para esse grupo, visitas de bibliotecários em diferentes lugares de refúgio ou abrigo para promover a leitura e demais serviços informacionais,

formação de usuários para conscientização sobre as concepções errôneas e preconceituosas que envolvem as pessoas em situação de rua, formação de bibliotecários para garantir uma adequada intervenção nesse grupo de pessoas que tem características e demandas diferenciadas, conscientização sobre enfermidades ligadas à transmissão sexual e uso de seringas contaminadas, entre outras citadas por Ceballos Ospina (2018).

Vimos aqui algumas iniciativas desenvolvidas por bibliotecas públicas para grupos em situação de vulnerabilidade social e refletimos sobre a necessidade para criar e ampliar políticas públicas voltadas para atendimento das pessoas em situação de rua no que tange à promoção do acesso e uso da informação para ter direito aos benefícios e programas governamentais. Brito, Belluzzo e Almeida Júnior (2021, p. 338) enfatizam o papel das bibliotecas públicas na mediação informacional apontando que “em espaços como a biblioteca pública, a presença da mediação da informação contribui para o avanço de uma sociedade com habilidades informacionais para formar cidadãos mais críticos e cômicos de sua importância no mundo”. Embora foram encontradas algumas ações nessa pesquisa, há muito o que fazer e avançar, principalmente em conhecer as características e demandas reais desses grupos de pessoas que muito mais do que marginalizadas, estão invisíveis ao poder público.

5 BREVES CONSIDERAÇÕES

As bibliotecas públicas podem desempenhar um papel fundamental como provedores de recursos, centros comunitários e espaços facilitadores de colaborações de várias organizações, além disso podem ajudar na localização de parceiros, nas reuniões do governo local, nas reuniões de organizações de serviço social, consultas a um diretório de serviços sociais locais, pesquisas na internet ou lista telefônica. Entre os parceiros prováveis pode-se citar instalações habitacionais transitórias, bancos de alimentos e organizações comunitárias, clínicas de saúde e hospitais, organizações religiosas, como igrejas, sinagogas e mesquitas.

As bibliotecas públicas por serem importantes espaços e agentes de transformação cultural e social podem oferecer ferramentas educativas, ambientes, capacitações e recursos tecnológicos para cumprir sua função para democratizar o acesso e uso da informação atendendo as demandas de diferentes necessidades informacionais da sociedade

oportunizando a construção do conhecimento de forma crítica e autônoma, favorecendo assim a inclusão social e o desenvolvimento da competência em informação das pessoas que frequentam esse espaço que são provenientes de diferentes classes sociais.

Quanto à inclusão das pessoas em situação de rua, a biblioteca não pode ficar indiferente a essa população, pois se a sociedade os marginaliza e o Estado não faz o suficiente para melhorar sua situação, a biblioteca pública não pode ficar indiferente, pelo contrário, deve encontrar estratégias que permitam a inclusão dessas pessoas por meio da disponibilização de diversos recursos, serviços e espaços de biblioteca, desenvolvendo ações que visem a melhoria da qualidade de vida dessa população.

Nessa pesquisa, percebeu-se que as ações propostas alinham-se aos objetivos da Agenda 2030, principalmente no que tange aos objetivos 1, 3, 4, 8, 10, mas foram poucos serviços criados e implementados para atender especificamente as necessidades das pessoas em situação de rua. Esse grupo possui demandas e perfil diferenciado para serem capacitados no acesso e uso da informação, o que exige maior estudo de necessidades informacionais e planejamento de serviços de forma mais pontual voltada para esse grupo.

Grande parte dos gestores das bibliotecas públicas sabe da missão e responsabilidade social destas importantes instituições que representam em muitos lugares a única forma de acesso público à informação. Para isso, torna-se necessário investir na capacitação das equipes que atuam nesses espaços e oferecer serviços voltados ao desenvolvimento da competência em informação de populações vulneráveis não somente para que contribuam para o alcance dos objetivos da Agenda 2030 da ONU, mas principalmente para que as bibliotecas desempenhem sua função social democratizando o acesso ao conhecimento de forma integral para todos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Libraries respond**: services to poor and homeless people. Chicago, IL: ALA, c2021. Disponível em:

<http://www.ala.org/advocacy/diversity/librariesrespond/services-poor-homeless>. Acesso em: 4 out. 2021.

ANDERSON, Keith A.; SIMPSON, Chaniqua D.; FISHER, Lynette G. A capacidade da equipe da biblioteca pública de ajudar pessoas sem-teto nos Estados Unidos: explorando relacionamentos, papéis e potencial. **Revista de Pobreza e Justiça Social**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 177-190, jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Assistência Social. **População em situação de rua**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt->

br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/populacao-em-situacao-de-rua. Acesso em: 5 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua**: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 5 out. 2021.

BRITO, T. R.; BELLUZZO, R. C. B.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação no resgate da visibilidade e dignidade dos vulneráveis: o caso das pessoas em situação de rua. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/102346/60780>. Acesso em: 10 ago. 2021

CAPILLÉ, C. Arquitetura como dispositivo político: introdução ao Projeto de Parques Biblioteca em Medellín. **Revista Prumo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jul. 2017. Disponível em: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/article/view/325/259>. Acesso em: 5 out. 2021.

CEBALLOS OSPINA, J. A. El rol de la biblioteca pública en la inclusión social del habitante de calle (homeless). **Investigación Bibliotecológica**, Ciudad de México, v. 32, n. 76, p. 63-78, jul./sep., 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2018000300063. Acesso em: 5 out. 2021.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, dez. 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/27033248.pdf>. Acesso em: 4 out. 2021.

DI FLORA, M. C. **Mendigos**: porque surgem, por onde circulam, como são tratados? Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

DOWD, R. **The librarian's guide to homelessness**. Chicago, IL: ALA Editions, 2018. Disponível em: <http://www.homelesslibrary.com>. Acesso em: 5 out. 2021.

FEBAB. **Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias**. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://febab.org.br/manifesto_florianopolis_portugues.pdf. Acesso em: 5 out. 2021.

GARCIA, T. L. *et al.* Os temas “vulnerabilidade” e “vulnerabilidade em informação” no buscador google. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp. CBBB 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/818/654>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GÓMEZ-HERNANDEZ, J. A.; PASADAS-UREÑA, Cristóbal. La alfabetización informacional en bibliotecas públicas: situación actual y propuestas para una agenda de desarrollo. **Information Research**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 1-25, 2007. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/9418/1/alfabetizacion.pdf>. Acesso em: 4 out. 2021

HALL, R. Public Praxis: a vision for critical information literacy in public libraries. **Public Library Quarterly**, Chicago, v. 29, n. 2, p. 162-175, 2010. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01616841003776383>. Acesso em: 5 out. 2021.

HARDING, J. Information literacy and the public library: we've talked the talk, but are we walking the walk?. **The Australian Library Journal**, Deakin, v. 57, n. 3, p. 274-294, 2008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00049670.2008.10722480?needAccess=true>. Acesso em: 5 out. 2021.

HERSBERGER, J. Os sem-teto e as necessidades e serviços de informação. Serviços de Referência e Usuário. **American Library Association**. v. 44, n. 3, p. 199-202, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20864362?seq=1>. Acesso em: 5 out. 2021.

JULIEN, H; HOFFMAN, C. Canada's public libraries and information literacy training. **Canadian Library Association**, Ottawa, n. 2, p. 74-77, 2008.

KELLEHER, A. "Não é apenas um lugar para dormir: perspectivas de desabrigados em bibliotecas no centro de Michigan". **Library Review**, [S. l.], v. 62, n. 1/2, p. 19-33, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00242531311328122>. Acesso em: 5 out. 2021.

IFLA. Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994. [S. l.: IFLA, 1994]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PLmanifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 4 out. 2021.

IFLA. LSN Guidelines Working Group. **IFLA guidelines for library services to people experiencing homelessness**. Haia: IFLA, 2017. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/node/12642>. Acesso em: 5 out. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **População em situação de rua em tempos de pandemia**: um levantamento de medidas municipais emergenciais. [Brasília, DF]: Ipea, 2021.

LAI, H. Information literacy training in public libraries: a case from Canada. **Educational Technology & Society**, Palmerston North, v. 14, n. 2, p. 81-88, 2011.

LEAL, M. L. *et al.* O tema 'vulnerabilidade' no Portal BU-UFSC: subsídios para a construção de um conceito de vulnerabilidade em informação no âmbito da competência em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [São Paulo], v. 13, p. 53-80, 2017. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/2576>. Acesso em: 5 out. 2021.

LEAL, L. R. do. **Influências e contribuições da Ciência Cidadã na Ciência da Informação**. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2019.

NATALINO, M. A. C. Estimativa da população em situação de rua no Brasil. 2020. No prelo.

NATALINO, M. A. C.; PINHEIRO, M. B. Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia: algumas limitações práticas do auxílio emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar de política socioassistencial. [Brasília, DF]: Ipea; Diretoria de Estudo e Políticas Sociais, abr. 2020. (Nota técnica, n. 67).

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília, DF: Casa ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 5 out. 2021.

PEÑA GALLEGO, L. E. Las bibliotecas públicas de Medellín como motor de cambio social y urbano de la ciudad. **Textos Universitaris de Biblioteconomia I Documentació**, [Barcelona], v. 27, 2011.

PINTO, M.; SALES, D. Alfabetización información para una sociedade intercultural: algunas iniciativas desde las bibliotecas públicas. **Anales de Documentación**, [Murcia], n. 10, p. 317-336, 2007. Disponível em: <http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/1221>. Acesso em: 5 out. 2021.

PINTO, M. D. S.; SPUDEIT, D.; GERALDO, G.; MADALENA, C. S. Ações de desenvolvimento sustentável em Santa Catarina: foco nas bibliotecas públicas. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/34251>. Acesso em: 5 out. 2021.

POUSTIE, K. Educating for information literacy through the internet: another role of the public library. **Australian Public Libraries and Information Services**, Austrália, v. 12, n. 2, June 1999.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V.; MURIEL-TORRADO, E. Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 77-90, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/34735>. Acesso em: 5 out. 2021.

RODRÍGUEZ, J. C.; VALENCIA, J.; ARIAS, A. V. Las bibliotecas públicas como escenarios de participación ciudadana e inclusión social. **Rastros Rostros**, Bogotá, v. 15, n. 29, p. 73-81, 2013.

SALA, F. *et al.* Agenda internacional de desenvolvimento sustentável: qual o papel das bibliotecas?. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 25, n. 2, p. 325-339, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/143484>. Acesso em: 5 out. 2021.

SILVA, F. S. da. **A relação entre a Agenda 2030 da ONU e as bibliotecas públicas**. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212497>. Acesso em: 5 out. 2021.

SIMMONS, R. Os sem-teto na biblioteca pública: Implicações para o acesso a bibliotecas. **Serviços de Referência e Usuário. RQ**, [Chicago], v. 25, n. 1, p. 110-120, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25827508?seq=1>. Acesso em: 5 out. 2021.

SPUDEIT, D.; PRADO, J. Bibliotecas parque e a agenda 2030: análise das atividades no rio de janeiro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 138-152, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2064>. Acesso em: 5 out. 2021.

VENTURELLA, K. M. The homeless and the public library. **Progressive Librarian**, Lawrenceville, n. 3, p. 31-42, 1991. Disponível em: <http://www.progressivelibrariansguild.org/PL/PL03/031.pdf>. Acesso em: 4 out. 2021.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables**: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Santiago de Chile: Naciones Unidas; CEPAL, ago. 2001. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/7150/S018659_es.pdf. Acesso em: 5 out. 2021.

VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (org.). **População de rua**: quem é? Como vive? Como é vista?. São Paulo: Hucitec, 1994.

VITORINO, E. V. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 47 n. 2, p. 71-85, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/download/4187/3794/>. Acesso em: 5 out. 2021.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. **Competência em informação**: conceito, contexto histórico e olhares para a ciência da informação. Florianópolis: Editora da UFSC, 2019.